RELATÓRIO TÉCNICO

55ª RODADA DO PENSAR A BAHIA – ETIC

Tema: Capitalismo de vigilância, infocracia e educomunicação: uma experiência baiana

Convidado: Marcelo Rocha (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia/CAR)

Data de realização: 11/07/2025

Síntese curricular do convidado

Marcelo Rocha é graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), especialista em Potenciais da Imagem pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atualmente, é Chefe de Departamento de Órgãos Colegiados da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e Conselheiro do Conselho Estadual de Educação da Bahia.

Contextualização do Tema

A contextualização da rodada de discussão insere-se no escopo temático do ETIC, no âmbito do projeto Pensar a Bahia, ao abordar as interseções entre capitalismo de vigilância, infocracia e educomunicação a partir de uma experiência concreta no estado. A escolha do convidado fundamenta-se em sua trajetória no campo da educação popular e da comunicação, com atuação voltada à formação crítico-emancipatória em bases territoriais, articulando práticas educativas com processos de desenvolvimento social.

A discussão parte do reconhecimento de que as transformações contemporâneas, impulsionadas pela digitalização da vida, têm reconfigurado profundamente as relações sociais, os modos de produção de conhecimento e os processos educativos. Nesse contexto, o avanço das tecnologias digitais e a centralidade dos dados e algoritmos no funcionamento da economia e da política configuram um cenário marcado pelo capitalismo de vigilância e pela infocracia, nos quais a informação passa a ser simultaneamente recurso estratégico e instrumento de poder.

É nesse ambiente que se insere a experiência da Rede Educom Bahia, apresentada como uma iniciativa que busca tensionar e ressignificar o uso das tecnologias no campo educacional. Vinculada à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, a rede opera a partir de referenciais da educação popular, com destaque para a perspectiva freireana, promovendo processos formativos baseados no diálogo, na participação e na valorização dos saberes territoriais.

A atuação da Rede, presente nos territórios de identidade da Bahia, evidencia uma abordagem que articula comunicação e educação como estratégias de fortalecimento das comunidades locais. Por meio de metodologias participativas, como rodas de diálogo, pesquisas aplicadas e produção de conteúdos multimidiáticos, busca-se estimular o protagonismo dos sujeitos, a construção coletiva do conhecimento e a disputa de narrativas no ambiente digital.

Dessa forma, a contextualização do tema evidencia que o debate não se limita à incorporação de tecnologias na educação, mas envolve uma reflexão mais ampla sobre seus impactos sociais, políticos e culturais. Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de construção de alternativas que promovam o uso crítico e emancipador das mídias, especialmente em contextos territoriais marcados por desigualdades, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

Compreensão do Problema

A compreensão do problema abordado na rodada de discussão parte do reconhecimento de que a era digital representa uma transição histórica profunda, com impactos estruturais sobre a sociedade, a política e a educação. A digitalização da vida tem provocado mudanças significativas nas formas de interação, na produção de conhecimento e na organização das relações sociais, caracterizando um cenário marcado pelo encurtamento das dimensões de tempo e espaço e pela intensificação dos fluxos informacionais.

Nesse contexto, destaca-se a emergência do chamado capitalismo de vigilância, no qual dados e algoritmos passam a constituir ativos centrais para a acumulação econômica e para o exercício do poder. A coleta massiva de dados e sua utilização para prever e influenciar comportamentos configuram um modelo que afeta diretamente a autonomia dos indivíduos e redefine as bases da democracia, deslocando os espaços tradicionais de

debate para ambientes digitais controlados por grandes plataformas tecnológicas.

Associado a esse processo, observa-se a consolidação da infocracia, entendida como um regime baseado no controle e na manipulação da informação. A multiplicidade de dados, a circulação acelerada de conteúdos e a dificuldade de distinção entre informação e desinformação contribuem para a fragilização da capacidade crítica e analítica dos sujeitos. Nesse cenário, fenômenos como a pós-verdade ganham relevância, uma vez que a percepção da realidade passa a ser mediada por fluxos informacionais fragmentados e, muitas vezes, distorcidos.

Do ponto de vista educacional, o problema se manifesta na dificuldade de adaptação das práticas pedagógicas a esse novo ambiente. A valorização da imagem em detrimento do conteúdo, a redução da capacidade de leitura e aprofundamento e a predominância de interações mediadas por tecnologias impactam diretamente os processos de ensino e aprendizagem. Além disso, a inserção das tecnologias digitais no cotidiano escolar ocorre, muitas vezes, sem a devida mediação crítica, o que limita seu potencial formativo.

Outro aspecto relevante refere-se aos efeitos da digitalização sobre as relações humanas e os vínculos sociais. A intensificação do uso de dispositivos tecnológicos e a mediação das interações por plataformas digitais contribuem para o enfraquecimento das experiências presenciais e da dimensão afetiva das relações, gerando desafios adicionais para a socialização e para a construção de identidades coletivas.

Por fim, a problemática evidencia também implicações mais amplas, que envolvem dimensões ambientais, culturais e territoriais. O modelo de desenvolvimento associado ao capitalismo digital intensifica dinâmicas de consumo e exploração de recursos, ao mesmo tempo em que desconsidera a diversidade dos contextos locais. Nesse sentido, o desafio colocado consiste em compreender criticamente essas transformações e construir respostas que articulem educação, território e tecnologia, de modo a fortalecer práticas mais sustentáveis, inclusivas e democráticas.

Ações e Preposições

No que se refere às ações e proposições apresentadas na rodada de discussão, observa-se uma abordagem que busca responder criticamente aos desafios impostos pela transição

do mundo analógico para o digital, especialmente no campo educacional. Destaca-se que, em um primeiro momento, prevaleceu a ideia de que a simples inserção de tecnologias nas escolas seria suficiente para solucionar problemas estruturais da educação. Contudo, a experiência recente tem evidenciado limites dessa perspectiva, apontando para a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o uso das tecnologias, seus impactos e suas mediações pedagógicas.

Nesse sentido, o convidado enfatiza que não se trata de rejeitar ou retroceder em relação às tecnologias digitais, uma vez que estas já se consolidaram como elementos estruturantes das formas de sociabilidade contemporâneas. O desafio consiste, portanto, em promover uma apropriação crítica desses recursos, orientada por princípios educativos que priorizem a formação integral dos sujeitos, o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento do pensamento autônomo.

A experiência da Rede Educom Bahia é apresentada como uma alternativa concreta nesse cenário, ao articular comunicação e educação em processos formativos baseados na participação, na horizontalidade e na valorização dos territórios. A proposta fundamenta-se na educação popular e busca estimular o protagonismo dos participantes, incentivando a produção de conteúdos próprios e a construção de narrativas que expressem as realidades locais. Dessa forma, a rede atua na formação de sujeitos capazes de compreender e intervir criticamente no ambiente digital.

Outro eixo relevante das proposições refere-se à necessidade de fortalecer a dimensão humanística da educação, em contraposição às tendências de superficialidade e instrumentalização associadas ao uso indiscriminado das tecnologias. Defende-se a revisão dos currículos e das práticas pedagógicas, de modo a incorporar conteúdos que estimulem a reflexão crítica, a compreensão dos processos sociais e a resistência a dinâmicas de manipulação informacional e ideológica.

Além disso, destaca-se a importância de valorizar os territórios como espaços estratégicos para a construção de práticas educativas emancipadoras. A articulação entre educação, cultura e realidade local é apontada como fundamental para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, para a valorização da diversidade e para a promoção de formas mais sustentáveis e integradas de organização social. Nesse contexto, a educação

é compreendida como instrumento central para a formação de redes, o fortalecimento de instituições locais e a ampliação da participação democrática.

Por fim, ressalta-se a necessidade de formulação de políticas públicas mais integradas e territorializadas, capazes de responder aos desafios impostos pelo capitalismo de vigilância e pela infocracia. A criação de mecanismos de monitoramento, coordenação e avaliação das ações voltadas ao desenvolvimento territorial é apontada como um elemento importante para a construção de estratégias mais eficazes e alinhadas às demandas contemporâneas.

Proposições elencadas pelo convidado:

- Promover o uso crítico e emancipador das tecnologias digitais no campo educacional.
- Fortalecer a educomunicação como estratégia de formação e produção de conhecimento.
- Incentivar a produção de conteúdos próprios pelos sujeitos e comunidades locais.
- Estimular processos formativos baseados na horizontalidade, participação e diálogo.
- Revisar currículos e práticas pedagógicas, incorporando uma perspectiva crítica e humanística.
- Valorizar os territórios como espaços de formação, identidade e ação educativa.
- Fortalecer redes locais e instituições comunitárias como agentes de transformação social.
- Desenvolver ações de enfrentamento à desinformação, à manipulação informacional e à “retórica do ódio”.
- Promover a educação voltada à democracia, à cidadania e ao pensamento crítico.
- Construir políticas públicas territorializadas e integradas no campo educacional.
- Criar mecanismos de monitoramento e avaliação, como observatórios de desenvolvimento territorial.
- Estimular a formação contínua e em rede de agentes locais multiplicadores.